

A instrumentalização da avaliação educacional em larga escala na educação básica

Carmem Lucia Albrecht da Silveira (UPF)
carmem.albrecht@hotmail.com

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani (UPF)
rosimaresquinsani@upf.br

1 Introdução

O resumo em pauta apresenta um excerto da pesquisa de doutorado na qual foi estudado o protagonismo dos organismos internacionais mediado pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) na gestão educacional brasileira e publicado em documentos dos meios midiáticos. Tem o objetivo de discorrer sobre a instrumentalização da avaliação escolar em larga escala como um dos pontos teóricos discutidos na Tese mencionada. Apresenta uma abordagem qualitativa pautado pela análise teórica de referenciais bibliográficos dos seguintes autores: Afonso (1999, 2002, 2007), Freitas (2010) e Santana (2018). A gestão educacional nacional no que tange as políticas de gestão da educação básica, das últimas décadas, percorre movimentos de cenários complexos em que a avaliação em larga escala se torna institucionalizada nas orientações e práticas escolares.

2 Desenvolvimento

As décadas finais do século XX registram a finalização do ciclo político e social do conhecido Estado do Bem-Estar Social, em que o Estado representado por sua hegemonia de poder “era o detentor das políticas educacionais e, mesmo que representasse os valores das classes dominantes, ele tinha autonomia para administrar a educação” (SANTANA, 2018, p. 37). Esta concepção de Estado tornou-se obsoleta diante das políticas neoliberais da globalização que determinaram a redução do poder estatal e reivindicaram a regulação privatista como estratégia para o desenvolvimento e para a competitividade. O Estado que deixa de ser o provedor para exercer o controle e a fiscalização impôs um novo modelo administrativo: o Estado avaliador responsável pelo sistema de avaliação organizado para monitorar a educação.

No Brasil, a partir da década de 1980, os sistemas educacionais amparados pela elaboração de um novo aparato legal, assumem o monitoramento da educação desenvolvida nas escolas através da implantação da avaliação externa (realizada por

região externo à escola) e da avaliação em larga escala (aplicada amplamente no sistema de ensino nacional) e que perduram até os dias atuais. O resguardo legal para a avaliação educacional nacional vem normatizado no art. 9º, item VI, da LDB, atribuindo à União “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino”.

Os testes estandardizados seguidos da regular aferição e análise dos resultados escolares por órgãos do governo, do empenho em associar às funções da escola pelas necessidades das indústrias (formação de mão-de-obra), da projeção das expectativas (sociais e individuais meritocráticas) relacionadas à avaliação educacional, são indícios globais do empenho com as políticas de avaliação educacional (AFONSO, 2002, 2007). Dito de outra forma “a avaliação que existente nas escolas está intimamente ligada à forma escolar constituída pelo sistema capitalista a partir de seus objetivos educacionais” (FREITAS, 2010, p. 94).

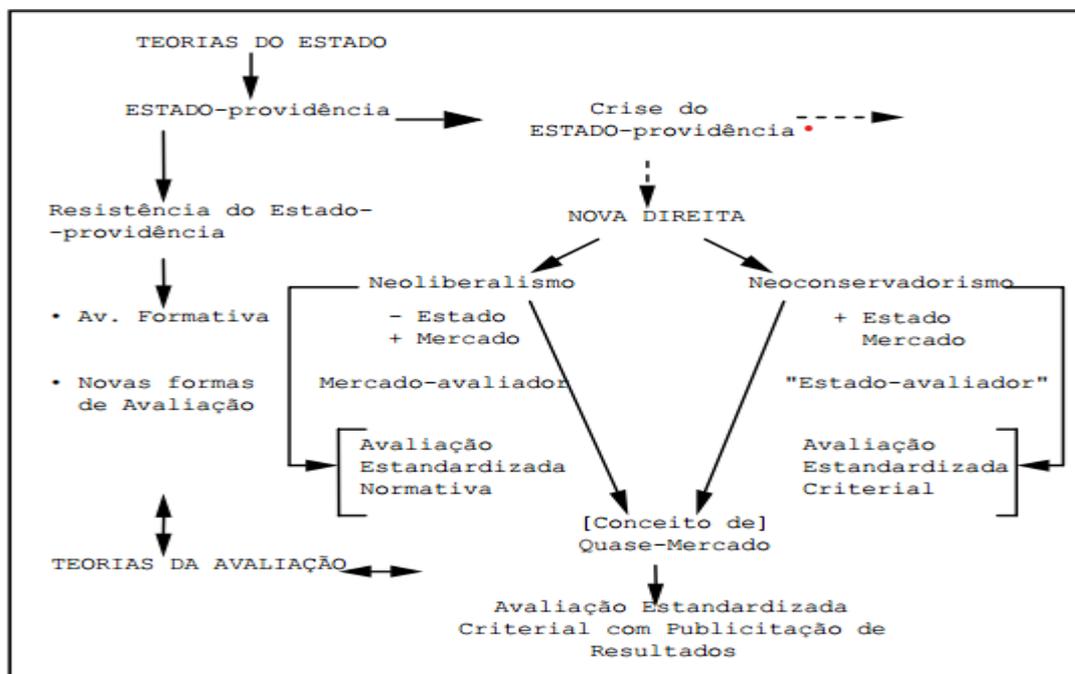
A qualidade da educação conduzida pelo controle dos resultados das avaliações escolares em larga escala, tornou-se na principal preocupação entre os gestores educacionais, uma vez que estas exercem influência na formalização das políticas de reformas educacionais. A expansão da escola de massas, que ocorre desde a década de 1970, tem nos exames nacionais um recurso para a “selecção escolar [...] por se tratar de um dispositivo de avaliação julgado congruente com a exigência de homogeneidade ou uniformidade de critérios inerente à visão mais restrita (e meritocrática) da igualdade formal de oportunidades” (AFONSO, 2007, p. 13-14).

A avaliação de larga escala vinculada à implementação de um currículo nacional, dedicado à economia e visando contemplar a competição internacional, expressam a centralidade das reformas o que vêm favorecer o poder de regulação do Estado. O currículo escolar nacional e a avaliação oportunizam um espaço/tempo adequado para exercer o controle e recompor a identidade nacional diante da globalização (AFONSO, 2002). O empenho governamental com a avaliação educacional está alinhado com as estratégias de Estado avaliador, o qual sintetiza o *ethos* da competição ao admitir a lógica do mercado para redefinir e reorganizar a gestão educacional, cuja evidência localiza os resultados ou produtos da educação.

A avaliação submetida à ideologia do mercado econômico assume o caráter normativo e criterioso (expansão do Estado), encarregando-se por promover os valores neoliberais mediante a publicização comparativa e competitiva dos resultados (expansão do mercado). A avaliação em larga escala vai além do verificar o aprendizado do estudante ao controlar o “comportamento na sala de aula e na escola, bem como, pelas práticas cotidianas da escola, inculca valores e atitudes, cuja ancoragem final está no processo de avaliação. O processo de avaliação [...] autoriza o poder da escola e do professor” (FREITAS, 2010, p. 94) a colaborar ou não com a concepção segregadora da avaliação.

A funcionalidade da avaliação se institucionaliza como pré-requisito da implementação dos mecanismos de controle e de responsabilização e que dependem da definição prévia de objetivos e indicadores para verificar as *performances* dos sistemas educativos (AFONSO, 2002). O crédito na verificação e controle dos indicadores tornou-se, na perspectiva paradigmática, favorável às transformações das políticas de Estado e que influenciam a renovação das práticas avaliativas na escola. Demonstra sua força hegemônica no contexto do Estado avaliador, servindo de instrumento da racionalização, da redução do compromisso e da responsabilidade do Estado. As transformações políticas orientadas pela modernização da educação e de um Estado regulador são claramente apresentadas no esquema abaixo.

Figura 1 - Estado Avaliador



Fonte: (AFONSO, 1999, p. 149).

O esquema do processo avaliativo esclarece o conflito paradigmático da avaliação formativa presente no Estado providência e que sofre uma relação de contrapontos com a avaliação em larga escala do Estado Regulador e controlador, de orientação gerencialista. A união entre a regulação do Estado e os critérios mercadológicos inseridos no contexto do domínio público intensificam o controle sobre as escolas através dos currículos e das avaliações padronizadas, que estimulam a publicização dos resultados escolares, expondo-as aos méritos e deméritos da concorrência do mercado educacional (o governo mostra-se interessado com os consumidores – alunos – e prioriza elevar os índices educacionais). A criação de um “currículo nacional, o estabelecimento de normas-padrão (*standards*) e a realização de testes em nível nacional, são mesmo condições prévias para que se possa implementar políticas de privatização e mercadorização da educação” (AFONSO, 2002) afirmando o compromisso entre as políticas públicas da educação e o Estado.

3 Considerações Finais

O excerto aqui apresentado leva a considerar que o protagonismo institucionalizado da avaliação em larga escala, como recurso voltado à regulação dos sistemas educacionais e da administração pública, vem ganhando notoriedade nas políticas públicas para a educação básica. O desenvolvimento das políticas de avaliação educacional tem se caracterizado por uma constante imposição de controle mediante os processos avaliativos, concorrentes da uniformização do currículo escolar e da ampliação dos limites de ação da avaliação em nível global (em tempos de globalização as questões educacionais não se reduzem apenas a fronteiras locais ou nacionais). As políticas de avaliação em larga escala e externa da educação têm sido moduladas pelas influências da economia mundial em que determinados critérios indicam as direções para a qualificação e/ou meritocratização dos resultados escolares.

Referências

- AFONSO, Almerindo J. Estado, mercado, comunidade e avaliação: Esboço para uma rearticulação crítica. *Educação & Sociedade*, ano XX, nº 69, dezembro/1999.
- AFONSO, Almerindo J. Políticas Contemporâneas e Avaliação Educacional. In: LIMA, Licínio C.; AFONSO, Almerindo J. *Reformas da Educação Pública – Democratização, Modernização, Neoliberalismo*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto-Portugal: Edições Afrontamento, 2002.
- AFONSO, Almerindo J. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. *Contrapontos*, Itajaí, volume 7, n.1, jan./abr.-2007.
- FREITAS, Luiz C. Avaliação: para além da “forma escola”. *Educação: Teoria e Prática*, v. 20, n. 35, jul./dez.-2010.
- SANTANA, Andréia C. M. A constituição do Estado avaliativo e o aumento das avaliações externas: propagando um ensino desigual para todos. In: ROTHEN, José C.; SANTANA, Andréia C. M. (Orgs.). *Avaliação da educação – referências para uma primeira conversa*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.